

**ENTRELAÇAMENTOS DA CRÍTICA E DA HISTÓRIA:
A TEMÁTICA NEGRA EM *TENDA DOS MILAGRES***

Paulo Roberto Alves dos Santos*

Resumo: este trabalho propõe uma discussão sobre aspectos ligados à população negra na Bahia, a partir da representação do meio social, de figuras humanas, traços culturais, bem como de outros fatores vinculados à tradição africana em *Tenda dos milagres* (1969), de Jorge Amado. Nesse sentido, procura articular a trajetória do autor com o universo ficcional da obra, que problematiza as diferenças entre a influência europeia e as práticas religiosas, costumes e valores herdados dos diversos povos africanos transferidos para o Brasil como escravos. Para tanto, leva em consideração a posição que a crítica atribuiu a Jorge Amado na literatura brasileira, bem como fatores do contexto em que o país vivia naquele momento.

Palavras chaves: crítica literária; história da literatura; literatura e história.

**TIES BETWEEN CRITIC AND HISTORY:
THE BLACK THEMATIC IN TENT OF MIRACLES**

Abstract: in this paper, we aim to discuss aspects linked to the black population in Bahia, such as the representation of the social milieu, of human figures, cultural features, as well as from other features linked to the African tradition in *Tent of Miracles* (1969), by Jorge Amado. In this sense, we aim to articulate the author's trajectory with the fictional universe of this artwork – which discusses the difference between the European influence and the religious practices, customs and inherited values of diverse African peoples transferred to Brazil as slaves. To do so, we consider the position that was assigned to Jorge Amado in the Brazilian literature by the critics, as well as factors from the situation that the country was experiencing at that time.

Keywords: literary criticism; history of literature; literature and history.

Introdução

O presente trabalho desenvolve análise do romance *Tenda dos Milagres* (1969), de Jorge Amado, com o propósito de problematizar aspectos de caráter literário e questões político-sociais no Brasil, confrontando-os com a temática abordada na obra. A representação desdobra-se em dois momentos históricos que se complementam criticamente: uma primeira

* Doutor e Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), é professor da Faculdade de Ilhéus, integrante do grupo de pesquisa "Literatura, História e Cultura: encruzilhadas epistemológicas" (CNPq).

fase situada nas décadas iniciais e a segunda correspondente aos anos 1960 do século XX. Essa perspectiva permite a abordagem de assuntos relacionados à situação dos negros brasileiros desde o fim do escravismo, permitindo que se demonstre a importância e atualidade deste autor para a literatura nacional.

O ponto de partida é a noção de que toda prática narrativa, “ao ser entendida como ação sobre um receptor (mesmo que pela mediação do narratário), [aponta] para uma inscrição do discurso da narrativa no discurso da História” (REIS; LOPES, 1998, p. 14), ao mesmo tempo em que inscreve a História no discurso ficcional. Nesse último caso, entende-se a representação narrativa como espaço privilegiado para questionamentos sobre determinada realidade histórica.

O enfoque permite a confirmação de que Jorge Amado é um dos nomes referenciais da literatura brasileira, entendendo-se que isso se deve, sobretudo e, entre outros aspectos, porque encarnou em sua arte o desejo por emancipação do seu povo. Assim, retomar esse olhar crítico amadiano, revisitando os contextos histórico-culturais que o romance em estudo permite desvelar em seus contornos políticos e sociais, significa manter viva a nossa memória histórica, o que, espera-se, seja compreendido como relevante para a motivação desta leitura.

A temática negra e a história

*É no xaréu que brilha a prata luz do céu
E o povo negro entendeu que o grande vencedor
Se ergue além da dor
Tudo chegou sobrevivente num navio
Quem descobriu o Brasil?
Foi o negro que viu a crueldade bem de frente
E ainda produziu milagres de fé no extremo ocidente*
(Caetano Veloso)

A década de 1960 foi rica em acontecimentos marcantes no âmbito nacional e internacional, resultantes da efervescência de ideias que se espalharam mundo afora. No Brasil, o período se iniciou sob uma atmosfera de euforia, ao influxo do surto desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek, que promoveu o crescimento da economia a partir da eliminação de restrições para o ingresso do capital estrangeiro. Com o lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, ele criou as condições para a

instalação de indústrias, com destaque para áreas como a metalurgia, a construção naval, a maquinaria e o setor elétrico. Ao mesmo tempo, colocou em prática um programa arrojado de obras públicas que, além de realizações importantes em setores essenciais, tem na construção de Brasília o símbolo maior (LOPEZ, 1987).

Em outras áreas verificavam-se fenômenos que concorriam para o predomínio do clima auspicioso. Por todos os cantos ecoava a marchinha “A taça do mundo é nossa” em celebração pela conquista da Copa do Mundo de 1958. Com ritmo mais contido, João Gilberto cantava quase sussurrando ao som de um violão sincopado “Chega de saudade”, hostilizando o caráter depressivo da música brasileira da época. A conhecida composição de Vinicius de Moraes e Tom Jobim reinventou o samba e consagrou um estilo musical (SEVERIANO, 2008). Insurgindo-se contra o caráter alienante dos filmes de apelo popularesco, surgiu o Cinema Novo, com produções voltadas para a realidade brasileira, abordando problemas sociais crônicos (SOUZA, 1981) e seguindo a proposta minimalista da Bossa Nova.

A onda de renovação das manifestações culturais avançou a década e teve nos festivais de música promovidos por emissoras de televisão a sua melhor expressão, porém contrastava com o ambiente sombrio instalado pelo golpe militar de primeiro de abril de 1964. Temendo o improvável, ou seja, que João Goulart implantasse um governo de esquerda no Brasil, os segmentos conservadores articularam-se em torno de empresários, profissionais liberais, setores da Igreja Católica e organismos de imprensa para depô-lo, tendo nas forças armadas seu braço operacional (SILVA, 1978). A coesão alcançada no momento inicial da intervenção na ordem democrática desfez-se por causa de divergências quanto aos rumos a serem tomados para manter o controle do poder. Enquanto um grupo defendia o retorno à normalidade, outro propunha ações drásticas, criando-se um impasse surdo que se acentuou com a nomeação de Costa e Silva, embora os sinais de avanço do grupo chamado “linha dura” já se fizessem notar claramente, como indicou a edição do famigerado Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em dezembro de 1968 (CHAGAS, 1979).

As marcas pelas consequências dos atos institucionais, denominação do artifício engendrado para permitir e dar amparo legal aos afrontes às liberdades civis, e a triste memória do ano de 1968 podem ser medidas nas palavras que seguem:

esse ano de 1968, o qual, no caso do Brasil, seria tão determinante quanto a fatalidade: para nós, é o ano do AI-5, o Ato Institucional n^o 5. Assim se chamaram esses instrumentos de cassação de direitos civis e suspensão da

Constituição, criados pelo regime militar quando do golpe de Estado de 1964. O de número 5, o mais duro de todos, promulgado a 13 de dezembro de 1968, instaurou as trevas que se abateram sobre o país por mais de dez anos. (GALVÃO, 2005, p. 24)

Um dos momentos decisivos daquele período e, provavelmente, da história recente do Brasil, foram os meses finais do ano de 1969. Em agosto, Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral que o impediu de exercer suas funções, deflagrando o aprofundamento da crise entre os militares. Pedro Aleixo, o vice-presidente, foi impedido de substituí-lo devido à antipatia dos militares por sua oposição às medidas repressoras previstas pelo AI-5. Para evitar que assumisse a presidência, as altas esferas das forças armadas decidiram formar uma junta composta pelos ministros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, a fim de governar o país até solucionar o problema que se criara (GALVÃO, 2005). Se havia alguma dúvida quanto aos seus propósitos, com um golpe dentro do golpe, a facção intransigente sinalizava que as represálias e as perseguições a opositores aumentariam.

Alguns segmentos mais inquietos esboçaram reação, por vezes extremada, como foi o caso do sequestro do embaixador dos Estados Unidos ainda enquanto a junta militar exercia o governo. Decorreu pouco tempo, no entanto, para que os militares demonstrassem sua disposição em combater duramente os insurgentes, pois, com a nomeação de Emílio Médici para o cargo de presidente, cristalizou-se a vitória do grupo “linha dura”, que vinha de uma longa tradição golpista, iniciada no movimento dos tenentes da década de 1930, quando haviam sido derrotados (GASPARI, 2002). Daí em diante, instaurou-se um processo brutal de aniquilamento das resistências ao regime pela intensificação da censura à imprensa e às manifestações artísticas e, fundamentalmente, pela tortura e pela eliminação de pessoas consideradas como ameaça.

Foi nesse ambiente pesado e de vozes discordantes asfixiadas que Jorge Amado publicou *Tenda dos milagres* (1969), romance de sucesso imediato junto ao público. Foram cerca de vinte edições somente ao longo da década seguinte, também período no qual Nelson Pereira dos Santos o tomou como referência para rodar filme homônimo, em 1977. Oito anos mais tarde a obra foi adaptada para a televisão em seriado exibido pela Rede Globo.

Apesar de estimular produções em outros campos de criação e de permanecer despertando interesse dos leitores nos dias atuais, o romance não costuma figurar entre realizações mais importantes do autor, ao menos no juízo de boa parte da crítica. Há quem o

reconheça como um dos que indicam o aperfeiçoamento do escritor, expressando “um novo experimento: de linguagem, de corte narrativo, de visão de mundo” (PICCHIO, 1997, p. 535). Se, como sugere Luciana Stegagno-Picchio, a obra pode ser examinada como caracterizadora do processo de evolução e amadurecimento de Jorge Amado, existem incidências que permitem análises voltadas para outras perspectivas. Um dos enfoques possíveis diz respeito às conexões com o momento de sua publicação.

Segundo Hans Robert Jauss (1994), uma obra literária surge vinculada ao seu contexto histórico e social, por isso uma das formas de compreendê-la é a identificação de fatores que a associem com a realidade em que apareceu. Do mesmo modo, afirma ele, a análise dentro de uma perspectiva histórica permite a compreensão dos múltiplos sentidos que o objeto literário pode adquirir com o passar do tempo. Outra premissa do estudioso alemão é de que a obra dialoga através do tempo com o público, com a crítica e com a série literária a que pertence, por meio da aceitação dos leitores, pelas confirmações e refutações ou pelos parâmetros que cria para produções posteriores.

O emprego desses referenciais permite compreender fenômenos relativos à percepção de *Tenda dos milagres* no que diz respeito à constante aceitação popular em oposição à indiferença de especialistas. Por outro lado, abre caminho para examinar o romance dentro de uma perspectiva que dê mais valor às incidências que o associam ao período da ditadura militar, permitindo vinculações com outros fatos históricos ocorridos no Brasil ao longo do século XX. Para tanto, basta considerar certos fatores de ordem social e econômica, articulando-os com ocorrências do campo da criação literária.

Em um primeiro momento, a boa aceitação da obra pode ser atribuída às alusões que faz a assuntos da época em que veio a público, na medida em que apresenta aspectos que a colocam em condição de contestante ao regime ditatorial em vigência no período. Sob o pretexto de descrever as aventuras amorosas e pequenas proezas de Pedro Arcanjo que, de simples bedel da Faculdade de Medicina, transforma-se em referência internacional para a antropologia, Jorge Amado constrói uma narrativa recheada pela abordagem de situações da realidade brasileira. O ponto de partida é a súbita notoriedade que o mestiço pobre de Salvador recebe desde a breve passagem pela Bahia de James Levenson, consagrado etnólogo estadunidense e admirador de Arcanjo.

Até então, morto havia vinte cinco anos, o bedel estava na memória das muitas mulheres com quem se relacionara, dos bêbados, dos boêmios e dos capoeiras do Pelourinho, graças às muitas histórias que protagonizara, ao número incontável de filhos que deixara, ao temperamento amistoso e prestimoso e ao gosto pela dissipação e pela cachaça. Também se fizera respeitar devido à posição destacada dentro da hierarquia do candomblé, fato que lhe conferiu o título honorífico de Ojuobá, isto é, “Os Olhos de Xangô”. Seu conhecimento das práticas religiosas contribuiu para o prestígio alcançado pelos livros que escreveu, pois graças à orientação de Majé Bassã, sua iyalorixá, entrou num período de comedimentos e dedicou mais de dez anos aos estudos, ampliando seu domínio sobre os costumes e a cultura da população baiana negra. A procura por informações sobre os descendentes de africanos levou-o a identificar a genealogia das principais famílias, daí a sua facilidade para distinguir as ramificações da miscigenação.

Amigo inseparável de Pedro e proprietário de modesta tipografia, Lídio Corró foi o responsável pela penosa impressão dos escritos e encarregou-se de distribuí-los, enviando exemplares para bibliotecas e instituições de vários lugares, inclusive no exterior. Graças a esse desprendimento, James Levenson, professor da Columbia University de renome internacional por seus trabalhos etnológicos, tomou ciência dos estudos de Arcanjo. Assim, sua visita ao Brasil revela, no antigo subalterno da faculdade, uma autoridade em assuntos ligados à vida popular, à influência dos costumes africanos e à mestiçagem na Bahia, despertando a curiosidade de intelectuais, jornalistas e políticos sobre a vida de um homem simples, avesso a qualquer tipo de glorificação, que terminara seus dias praticamente na indigência.

A presença do visitante estrangeiro ainda levou à descoberta de que o ano de 1968 correspondia ao centenário de nascimento de Pedro Arcanjo, razão pela qual se decidiu realizar eventos comemorativos e, assim, iniciou-se uma grande movimentação da imprensa, da propaganda e de autoridades na busca de informações a seu respeito. Diante da constatação de que fora um indivíduo de conduta nada exemplar aos olhos da elite conservadora e branca, que sua vida resumira-se a seu mundo penurioso e que seus livros haviam sido desdenhados pelos luminares da intelectualidade baiana, os envolvidos nas homenagens assumem a tarefa de demudar sua imagem, adequando-a a seus interesses.

Jorge Amado ambienta a narrativa de *Tendas dos milagres* em diversas épocas, de acordo com a etapa da vida do protagonista apresentada ao leitor. Outra estratégia de que

lança mão é a contraposição da imagem transfigurada de Arcanjo pelos que dela se apropriam com seu passado verdadeiro, de homem simples e de boa convivência, mas capaz de travar duros embates com professores e de liderar confrontos com a polícia em defesa de sua gente e de sua cultura. Em vida, lutara ferrenhamente contra as ideias preconceituosas em relação aos negros, ainda defendidas tacitamente pela elite branca, classe a que pertenciam os que repentinamente passaram a engrandecer seu nome.

O manejo com destreza de diversas perspectivas temporais garante dinamismo e vitalidade à narração, com sobreposição de cenas e intensa movimentação de ações. Além disso, os cortes sucessivos dão leveza à narração, contribuindo para sua fluidez. A alternância de épocas estabelece um jogo entre passagens marcantes da vida de Pedro Arcanjo e acontecimentos históricos ocorridos no período correspondente ao seu centenário, emoldurando a descrição ficcional com eventos da vida brasileira. A composição do cenário que o autor desenha apresenta alusões ao preconceito em relação aos negros e à cultura de origem africana, perseguições aos praticantes do candomblé, discriminações étnicas, sonegação de direitos e desprezo por segmentos sociais desfavorecidos economicamente. A urdidura da trama permite, porém, a presentificação de fatos porque as situações são apresentadas dentro de um enfoque cujo ponto de partida é a realidade vivida no Brasil durante a década de 1960.

As vinculações entre a trajetória de Pedro Arcanjo e o cotidiano do país na época da publicação do romance aparecem de diferentes maneiras, por meio de referências a episódios que protagonizou. Arcanjo não conheceu o pai, morto na Guerra do Paraguai antes de seu nascimento, e seu infortúnio se completou ainda na adolescência, com o falecimento da mãe. Depois disso, precisou viver de favores, porém a persistência e a retidão de caráter herdados dela permitiram que logo deixasse de depender de outras pessoas e passasse a se impor diante de injustiças aos de sua cor ou de sua classe. Por causa disso, foi demitido de empregos, primeiro na faculdade, depois na empresa de energia elétrica. Nessa, como consequência de sua participação na greve dos transportes, fato lembrado por alguém tão logo começa a se espalhar a notícia de sua morte:

- [...] foi em trinta e quatro, há nove anos: quem não se lembra da greve da Circular? No começo era só o pessoal dos bondes, o diabo do velho não tinha por que se meter.
- Ele trabalhou na Circular? Nunca soube.

- Por pouco tempo, era entregador dos recibos de luz, tinha conseguido o lugar com empenho e a muito custo, andava precisando.
- Sempre andou precisando.
- Pois não é que entrou na greve também, acabou na comissão, escapou de ser preso e foi posto no olho da rua. Também nunca mais ninguém lhe cobrou passagem de bonde. (AMADO, 1978, p. 47)

Demitido, não conseguiu mais emprego fixo, pois já estava com sessenta e seis anos, sendo então obrigado a se satisfazer com trabalhos ocasionais de pouco ganho. De natureza perdulária, submeteu-se a privações cada vez mais agudas, porém jamais perdeu a altivez da época em que abandonara a função de bedel por não se sujeitar a humilhações e a preconceitos. Pela mesma razão havia se envolvido na greve, como esclarece passagem posterior ao trecho mencionado:

- Professor, vim lhe procurar a propósito da greve da Circular.
- Da greve? Geral, não? Parou tudo, não foi? [...]
- Formidável, sim! Movimento justo, professor, os salários são miseráveis. [...] a nossa vitória é certa.
- Nossa? O que você tem a ver com isso?
- [...]
- Pois, professor, eu sou membro de uma comissão de solidariedade aos grevistas. (AMADO, 1978, p. 312)

A ditadura implantada em 1964 impôs severas restrições às liberdades civis e algumas das primeiras medidas foram o esvaziamento das entidades sindicais e o cerceamento às ações de movimentos reivindicatórios, cujas atuações vinha sendo forte nos momentos antecedentes ao golpe. A proximidade de João Goulart com os setores populares foi uma das causas de sua destituição, sendo o famoso Comício da Central do Brasil e o discurso para os sargentos, no Automóvel Clube, em março daquele ano, fatores decisivos. No primeiro, o presidente anunciou decreto tratando da reforma agrária, atendendo a pedidos dos segmentos desfavorecidos do campo e assustando os conservadores. O pronunciamento aos oficiais não graduados foi a gota d'água porque representou aos olhos dos detentores de altas patentes a quebra de uma hierarquia (GASPARI, 2002).

Entre as primeiras medidas tomadas por Castelo Branco está a desestruturação das organizações de trabalhadores por meio da intervenção em sindicatos e federações operárias e da extinção de todas as instituições que defendiam algum tipo de conquista social. As perseguições e as prisões de políticos considerados ameaças ao regime logo se estenderam a líderes sindicais, operários, religiosos, estudantes, professores e até mesmo militares com

algum tipo de atividade associativa, sob a acusação de subversão (LOPEZ, 1987). O recrudescimento no combate aos opositores levou à criminalização do ativismo, como demonstra a Lei de Segurança Nacional, criada em setembro de 1969, como instrumento de apoio aos propósitos dos militares, que previa pena de quatro a dez anos de prisão para quem se envolvesse em greve.

A referência a episódios protagonizados por Arcanjo, em 1934, remete à época em que se implantou no Brasil uma constituição que assegurava, pela primeira vez, salvaguardas à classe laboral, regulamentando jornada de trabalho e instituindo direitos. Entre eles, estava o da organização em sindicatos e da interrupção coletiva de atividades como forma de reivindicar melhorias nas relações com o capital. Assim, Jorge Amado contrapõe um período do passado marcado por avanços no reconhecimento de prerrogativas de cidadania com a situação vivida no momento da publicação de *Tenda dos milagres*, quando a todo instante surgiam mecanismos para o tolhimento de garantias básicas asseguradas aos trabalhadores. A situação a que o governo militar os submetia naquele momento é mencionada por Zezinho, proprietário do Jornal da Cidade, quando recomenda a um de seus empregados: “é melhor não falar em greve na situação atual, evite esse tópico, seu Ari” (AMADO, 1978, p. 70).

A advertência dá-se mediante a referência por Damião sobre a atuação de Arcanjo na citada greve, em depoimento prestado ao periódico com vistas à publicação de cadernos especiais dedicados ao centenário do ex-bedel. Outros eventos estavam previstos, entre os quais um seminário, pois segundo professor Ramos, “nada mais indicado do que um conclave de sábios no qual se afirme mais uma vez a tese brasileira [da democracia de raças] e se denuncie os crimes do *apartheid*, do racismo, do ódio, entre os homens” (AMADO, 1978, p. 120). A ideia do catedrático, assim como as demais propostas, partiu de comissão constituída para organizar as comemorações, sendo Zezinho seu membro mais influente. Por ocasião do encerramento da reunião em que as decisões foram tomadas, ele pediu detalhes minuciosos por escrito da programação e informou aos demais que seu diário a divulgaria por etapas. Justificou-se com o argumento de que a tática alimentaria as expectativas e o interesse da população, provocando comentários irônicos de outros presentes quanto à sinceridade de suas palavras:

- Vai pedir o *nihil obstat* – murmurou o macabro Ferreirinha ao jocoso Goldman, gerente do jornal [...].
- Ao SNI ou ao Chefe de Polícia?

- Aos dois, provavelmente. (AMADO, 1978, p. 121)

Os militares usavam o aparato do Estado para o controle da sociedade, por meio de órgãos criados para essa finalidade, a exemplo do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de correlatos nas forças armadas e nas corporações de segurança das unidades da federação. A ideologia da segurança nacional justificava a intervenção do aparelho investigativo em todas as instâncias, enquanto a arbitrariedade do regime permitia que fossem ignorados quaisquer limites de ação, criando a permanente sensação de medo, inibindo iniciativas, principalmente nos campos artístico e cultural.

Em *Tendas dos milagres*, poucos dias após o encontro mencionado, os organizadores das atividades comemorativas ao centenário de Arcanjo são surpreendidos pela informação de Zezinho sobre a impossibilidade de realizar o seminário:

- Fui... bem... fui procurado... e tive a ocasião de discutir o assunto em todos os seus aspectos.
- Procurado? Por quem? – quis saber a secretária do Centro Folclórico, inteiramente por fora das sutilezas da política.
- Por quem de direito, minha boa amiga. (AMADO, 1978, p.129)

Alegando se tratar de assuntos que lhe escapavam ao controle, Zezinho passou a falar de acordos comerciais firmados pelo Brasil com a África do Sul, da criação de rotas aéreas entre os dois países, da defesa de interesses comuns na ONU e de uma possível “aliança política contra o comunismo” como motivos para não promover o evento que tinha o *apartheid* como um dos temas. Encerra suas explicações acrescentando:

Não vou sequer me referir aos Estados Unidos, aos nossos compromissos com a grande nação americana. Exatamente quando aumentam suas dificuldades com os negros, também nós vamos mandar-lhe lenha? Do racismo ao Vietnam é um passo. (AMADO, 1978, p. 129)

Ao invocar os interesses do país como justificativa, Zezinho esconde os seus em relação à ditadura e sua anuência com a proibição, permitindo inferências do leitor a respeito do apoio que boa parte dos órgãos de imprensa deu à deflagração do golpe. Seus temores com relação a possíveis manifestações antirracistas articulam-se com a atitude hipócrita da classe a que pertence, no sentido de ignorar as lutas de Arcanjo contra a perseguição aos negros. Com relação ao mundo objetivo, sua postura ajusta-se às práticas dos militares que censuravam a

divulgação de notícias dos movimentos sociais no Brasil em nome de uma pretensa democracia racial (LOPEZ, 1987).

Nesse sentido, a trajetória de Arcanjo leva a questionamentos sobre a ordem vigente não apenas em relação a garantias de liberdade individual ou a questões raciais no período discricionário, mas ao princípio da doutrina liberal que prevê a igualdade de direitos entre os indivíduos. Considerando-se essa perspectiva, *Tenda dos milagres* permite o estabelecimento de vínculos com a condição dos negros no Brasil desde a implantação da República. Se até então o indivíduo de origem africana era somente um bem material utilizado como força de trabalho, justificando a sonegação de prerrogativas básicas da cidadania, com a libertação do jugo escravagista e a instalação do novo regime político, sua sorte teria que ser outra. Para tanto, uma das formas de inserção social do antigo cativo deveria ser a remuneração justa pela sua mão de obra.

O problema é que as relações de trabalho livre no país apresentam um histórico de precariedades por causa dos mais de trezentos anos de escravidão, sendo que as debilidades do sistema ficaram mais expostas a partir de meados do século XIX, quando, efetivamente, instituiu-se por aqui uma classe laboral regida por estatuto remuneratório. No final da monarquia existiam categorias profissionais bem definidas, tais como portuários, ferroviários, operários da construção civil, estivadores, têxteis e gráficos, além de empregados em vários ramos da incipiente indústria (CARDOSO, 2006). Ocorre que o recrutamento dessa força de trabalho dava-se por meio de estratégias aviltantes: mulheres e crianças com menos de dez anos ganhando salários inferiores aos homens; crianças pobres e órfãs, com o argumento de formação profissional; indigentes abrigados em instituições de caridade; indivíduos das áreas rurais subempregados ou oriundos da agricultura de subsistência. A esses se incorporaram os imigrantes trazidos da Europa que, ao chegarem, viam-se obrigados a reembolsar as despesas da viagem ao patrão. Além disso, todos estavam sujeitos a jornadas que podiam durar até dezessete horas diárias (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1983).

Tal situação permaneceu durante a República Velha, avançando as décadas iniciais do século XX, durante o longo processo de transformações que desembocou na Revolução de 1930 e que encerrou o domínio político das oligarquias rurais:

A fase que medeia entre o declínio do Império e o irrompimento da Primeira Guerra Mundial – fato este que os historiadores consideram, com razão, o

encerramento do século XIX – denuncia importantes e profundas alterações na vida brasileira. (SODRÉ, 1988, p. 433)

Esse processo de mudança foi impulsionado pela diversificação nos ramos de atividade profissional resultante da expansão do número de trabalhadores assalariados e do surgimento de um operariado que, consciente de sua condição, despertou para o espírito associativista. Ao ex-escravo, entretanto, coube um papel secundário mesmo dentro do segmento com o qual estava identificado, pois seu poder de barganha era praticamente nulo, restando-lhe poucas alternativas a não ser se sujeitar ao aviltamento.

A marginalidade do negro livre vinha se desenhando desde a época da campanha abolicionista. Participantes ativos do seu processo de libertação, os cativos das áreas rurais sentiram-se estimulados a usar mais frequentemente um instrumento histórico de insurgência contra a condição servil, a fuga (RISÉRIO, 2007). Enquanto, em épocas anteriores, embrenhavam-se nas matas, a propagação do movimento antiescravista os animou a procurar as cidades, onde, por vezes, conseguiam trabalho livre. Dessa forma, viravam carroceiros, ensacadores, estivadores ou, em setores como a indústria, as caieiras e as olarias, exercendo atividades que não exigiam qualificação, quase sempre em piores condições de insalubridade do que os demais trabalhadores (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1983).

As ocupações exercidas pelas personagens negras em *Tenda dos milagres* possibilitam comparações com a posição dos antigos escravos em relação ao trabalho no período compreendido entre a abolição e a década de 30 do século XX. Algumas personagens sequer têm profissão definida, como é o caso de Terência, que busca sustento com a venda de café, cuscuz e tapioca em uma barraca. Mestre Budião vive dos ganhos de sua escola de capoeira e quem se mantém como empregado executa trabalho braçal, situação de Manuel de Praxedes, estivador no porto de Salvador. Todos são pobres e nem mesmo aqueles com melhor destino conseguem escapar de uma existência de limitações materiais.

Pedro Arcanjo teve dois empregos fixos, um na faculdade de medicina, onde permaneceu por cerca de trinta anos, e o outro na companhia de energia elétrica. Apesar de sua índole perdulária e desapegada a bens tangíveis, nada indica que percebesse ordenado suficiente para viver em condições significativamente melhores em relação ao estado miserável em que morreu. A diferença visível em sua vida durante o tempo que teve ocupação definida foi o cuidado maior

com a aparência pessoal, vestindo-se com roupas e calçados em bom estado, e o princípio de jamais aceitar que alguém pagasse sua comida e sua bebida.

Lídio vinha de família um pouco mais afortunada, pois seu pai era proprietário de uma barbearia, enquanto Arcanjo foi criado pela mãe lavadeira. Corró aprendeu o ofício e teve a chance de aprender outros no liceu, de onde saiu conhecendo a tipografia, o desenho e a marcenaria, habilidades das quais vivia. Entretanto, também não escapou das privações. Dormia em um cômodo desconfortável, nos fundos da pequena oficina adquirida a duras penas, em cujo espaço também se situava o arremedo de ateliê em que “riscava os milagres”.

Do ponto de vista histórico, os antecedentes que se vinculam com tais ocorrências de *Tenda dos milagres* remontam ao modo como o Brasil ingressou na ordem capitalista. Dependente da agricultura para compor sua pauta de exportações, apesar do cultivo de outros produtos como a cana, principalmente, o país concentrou seus esforços no comércio internacional do café por ser o mais lucrativo:

O café passou a ser o produto principal da nossa pauta de exportação já a partir do decênio 1831/1840, quando contribuiu com 43,8% do total, evoluindo no decênio seguinte para 48,8% e chegando, finalmente, a 61,5% no período compreendido entre 1881 e 1890. (LOPEZ, 1987, p. 10)

A Abolição e a República poderiam contribuir para o surgimento de outros setores econômicos, bem como para o fortalecimento de segmentos existentes. No campo, introduzindo novos cultivos e estimulando lavouras já cultivadas como a da cana e do algodão, ou favorecendo a expansão da pecuária, tradicional em algumas regiões. Na área urbana, incentivando a expansão fabril a partir da agricultura, por meio do beneficiamento da matéria-prima nacional com vistas à obtenção de bens de maior valor no comércio exterior. Ações nessa direção permitiriam a criação de condições para a remoção de obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas por intermédio do trabalho livre, favorecendo a instituição de relações mais modernas entre os meios de produção e o trabalho.

Fossem a Abolição e a República instauradas com o espírito de transformações estruturais profundas, trariam consigo mudanças significativas no campo social:

Seria de esperar, portanto, que a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho acabasse por refletir estas mudanças, revertendo a tendência à monocultura e expandindo a participação do país nos vários mercados. O que se dá, no entanto, é o contrário [...].

A razão dos fracassos brasileiros em outros mercados que não o do café está fundamentalmente nas mudanças sofridas pelo capitalismo, que entra a partir de 1870 em sua fase monopolista, com que se alteram as regras do jogo do comércio mundial. Em última análise, a Abolição e a República chegam tarde para permitir ao Brasil diversificar seu Setor de Mercado Externo. (CARDOSO, 2006, p. 389-390)

Em razão disso, as forças de trabalho, assim como suas relações com o sistema de produção, orientaram-se por normas incongruentes com a ordem determinada pelo estágio em que o capitalismo se encontrava naquele momento. Por outro lado, prevaleceu a estrutura econômica de base agrícola, com a ocorrência de desenvolvimento industrial unicamente naquelas regiões em que havia a circulação de capitais provenientes da lavoura cafeeira. “Nas demais, a ordem vigente desde o período colonial mantinha-se praticamente intacta: Nas últimas décadas do século XIX, a Bahia entrou no seu ocaso econômico, determinado pela perda de posições de seus produtos no mercado internacional, bem como pela emergência do capitalismo no centro-sul” (BACELAR, 2008, p. 42).

Segundo Bacelar (2008), apesar de afetada pela nova realidade e da posição secundária no âmbito nacional, Salvador se manteve como cidade de expressão regional, devido à condição de sede dos poderes administrativo e político e à propensão para as atividades comerciais. Estas características atraíam recursos, estimulavam o surgimento de novos serviços e a expansão da urbanização. No que diz respeito aos negros:

majoritários demograficamente, muitos deles, livres, puderam assegurar uma considerável proporção de controle direto sobre os seus meios de produção, nas oficinas, no artesanato, na construção civil, no pequeno comércio e nos serviços de ganho. Mais ainda, muitos grupos com base na afiliação étnica, na categoria racial ou no parentesco – como, por exemplo, os cantos e a estiva – já detinham “fatias”, verdadeiros monopólios do mercado simples de necessidades locais. (BACELAR, 2008, p. 42-43)

O autor acrescenta que, apesar de transformações na atividade econômica da Bahia, devido ao início do cultivo do cacau no final do século XIX e da introdução de novos grupos étnicos, a situação dos negros e mestiços no mercado de trabalho se manteve inalterada durante a Primeira República. Havia interesse na desvalorização da mão de obra, propósito facilitado pela existência de grande contingente de ex-escravos, da mesma forma como não se queria alteração nas relações laborais, havendo esforço para preservar práticas e normas tradicionais, com caráter de favorecimento pessoal. Em *Tendas dos milagres*, o poder das

relações entre os indivíduos garante os dois empregos de Pedro Arcanjo, o primeiro, graças à ação de sua iyalorixá, que tinha influência em vários setores:

Majé Bassã, multipotente em suas relações e amizades, temida por graúdos do governo. Com frequência, ao ouvir a citação do nome de um bambambã da política, do comércio, de um potentado, até mesmo de sacerdote da Igreja, mãe Bassã murmura: “Esse é dos meus”. (AMADO, 1978, p. 104)

As dificuldades para garantir meios de vida e as precárias condições econômicas dos negros somam-se ao preconceito, um dos eixos fundamentais da narrativa, formando os grandes obstáculos para que pudessem superar a marginalidade a que estavam submetidos. Na obra, Nilo Argolo – amparado pelo prestígio que a cátedra proporcionava e pelas teorias de Gobineau, Madison Grant, entre outros –, se encarregava pela difusão de ideias racistas. Para tanto, contava com o apoio do delegado, executor das repressões e representante do consentimento do poder público, enquanto a imprensa servia como caixa de ressonância:

A perseguição aos candomblés era natural corolário da pregação racista iniciada na Faculdade e retomada por certos jornais. Pedrito Gordo punha a teoria em prática, produto direto de Nilo Argolo e Osvaldo Fontes, sua lógica consequência. (AMADO, 1978, p. 153)

Ou então como se observa em outra passagem:

De 1920 a 1926, enquanto durou o reinado do todo-poderoso delegado auxiliar [Pedrito Gordo], os costumes de origem negra, sem exceção, das vendedoras de comida até os orixás, foram objeto de violência contínua e crescente. O delegado mantinha-se disposto a acabar com as tradições populares, a porrete e a facão, a bala se preciso.

O samba-de-roda foi exilado para o fim do mundo, ruelas e casebres perdidos. As escolas de capoeira fecharam suas portas, quase todas. (AMADO, 1978, p. 273)

A dança, o canto, a música e as práticas religiosas serviram como forma de resistência para os africanos trazidos ao Brasil e estão presentes como manifestações da cultura há muito tempo, sobrevivendo à opressão escravagista. Tais práticas estão associadas à indignação e à capacidade de reação ao servilismo:

Códigos e práticas de cultura que, remetendo a sistemas originários da África Negra, sobreviveram às pressões do escravismo. [...] A verdade é que as classes, dominadas, em todas as circunstâncias e regimes, vão sempre além daquilo que a elas é permitido. Não foi diferente no escravismo brasileiro. Assim é que chegaram até nós, sobrevivendo a todos os

obstáculos impostos pela vida escrava, tanto práticas culturais toleradas ou até estimuladas pelos senhores, quanto práticas culturais combatidas. (RISÉRIO, 2007, p. 334)

A representação do combate a práticas enraizadas na cultura dos descendentes de africanos é um ataque frontal aos negros e uma forma de desqualificá-los. Jorge Amado aborda o problema mencionando as teorias do cientificismo, de grande eco no Brasil nas décadas finais do século XIX e início do XX, citando Nina Rodrigues, médico conhecido na época pela defesa de ideias racistas com base nesses princípios. Na ficção, uma das personagens que mais insiste no descrédito é Pedrito:

Aprendera que negros e mestiços possuem natural tendência ao crime, agravada pelas práticas bárbaras do candomblé, das rodas de samba, da capoeira, escolas de criminalidade a aperfeiçoar quem já nascera assassino, ladrão, canalha. [...] o delegado considerava a exibição de tais costumes monstruoso acinte às famílias, achincalhe à cultura, à latinidade de que tanto se orgulhavam intelectuais, políticos, comerciantes, fazendeiros, a elite. (AMADO, 1978, p. 246)

A abordagem do assunto lembra o problema racial em Salvador no período em razão do grande número de negros e mestiços e das relações no campo do trabalho. Jeferson Bacelar (2008) afirma que a elite branca da cidade viveu uma situação ambígua em relação ao escravo e seus descendentes, pois, como era próprio da camada dominante do tempo, queria mudanças desde que não afetassem seus interesses. Preservando a mesma estrutura econômica da época da escravidão, com base no comércio e na exportação de produtos agrícolas, o segmento dominante não se interessava por alterações envolvendo seu modo de produção. A regulamentação dos vínculos laborais efetivava-se informalmente, portanto fundamentava-se em princípios semelhantes aos do período da servidão. Era um instrumento para colocar os negros na defensiva porque se temia que pudessem insurgir-se inspirados por exemplos do passado, como os quilombos e a Revolta dos Malês, em 1835.

O receio gerou o escamoteamento dos problemas raciais, para isso serviu como disfarce o princípio republicano da equidade entre os indivíduos, surgindo a formulação de “discurso assimilacionista da harmonia e da igualdade entre as raças” (BACELAR, 2008, p. 47). Na prática, porém, a situação era diferente porque a intenção secreta consistia na preservação da ordem vigente. Para alcançar este objetivo, a elite, composta pela minoria branca da população, impunha a si a importante tarefa de afirmar a superioridade de sua etnia e a inferioridade dos negros. Tratava-se:

Enfim de justificar ideologicamente as condutas desenvolvidas em relação à questão racial em Salvador. [...] não havia afirmação em nenhum instante de conflito racial, nem tampouco avaliação das relações entre negros e brancos, mas sim uma perspectiva estigmatizante em relação ao negro. O negro era o outro inferior e incivilizado, em relação ao branco, superior e portador de padrões civilizatórios europeus. (BACELAR, 2008, p. 49)

A situação só começou a se alterar bem mais tarde, embora durante a década de 1930 tenha se iniciado “um processo de revalorização da cultura africana na Bahia” dando começo à afirmação de “um mundo negro-africano” (BACELAR, 2008, p. 128). O autor salienta que personalidades estrangeiras, como Roger Bastide e Pierre Verger, interessaram-se pelas peculiaridades culturais da cidade, onde foi promovido o II Congresso Afro-Brasileiro, em 1937, ano em que começaram as articulações para a fundação da atual Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro. Alguns atributos de Pedro Arcanjo apresentam simetria com esses movimentos pelo reconhecimento de práticas cotidianas dos pretos, pois foi ele “um libertário, sem ideologia, é certo, mas de incomparável paixão popular, bandeira de luta contra o racismo, o preconceito, a miséria e a tristeza” (AMADO, 1978, p. 22).

Podem-se acrescentar a esses traços de personalidade os combates que travou contra a intelectualidade, sua intransigência na defesa de sua gente e a tenacidade na busca de conhecimento com o intuito de se instrumentalizar para enfrentar detrações. Seus livros expressam a articulação, tratando de assuntos como a culinária, a mestiçagem, a influência de costumes africanos e de outros aspectos relativos à vida dos negros na Bahia.

Jorge Amado e a crítica

As relações apontadas entre *Tenda dos milagres* e fenômenos sociais e culturais permitem reconhecer na obra a representação de certas condições a que foi submetida a população brasileira de origem africana. Essa perspectiva abre caminho para a percepção de outras contiguidades do universo diegético criado por Jorge Amado com acontecimentos do mundo objetivo no respeitante ao papel destinado historicamente ao negro e à articulação desses fatores com o momento da publicação do livro, fatores estimulantes para novas reflexões sobre o lugar do autor na historiografia da literatura. As revisões tornam-se mais relevantes quando se tem presente o tratamento dado por setores da crítica que, durante muito tempo, relutaram diante da obra do escritor baiano. Uma amostra dessa má vontade é a

opinião de Alfredo Bosi registrada na *História concisa da literatura brasileira*, cuja primeira edição é de 1970, um ano após a publicação do romance em análise. Em breve balanço da produção do romancista até então, assim se pronuncia:

Ao leitor curioso e glutão a sua obra tem dado de tudo um pouco: pieguice e volúpia em vez de paixão, estereótipos em vez de trato orgânico dos conflitos sociais, pitoresco em vez de captação estética do meio, tipos ‘folclóricos’ em vez de pessoas, descuido formal a pretexto de oralidade... Além do uso às vezes imotivado do calão: o que é na cabeça do intelectual burguês, a imagem do *eros* do povo. (BOSI, 1997, p. 459)

A identificação da resistência incentivou a realização de levantamento sobre as motivações para tanto, tarefa assumida por Ívia Alves (2001), cujo resultado revela posicionamentos que se caracterizam pela ambiguidade. Em geral, segundo a autora, alguns especialistas mostram-se refratários ao reconhecimento de virtudes e insistem em sublinhar aspectos que consideram desabonadores; no entanto, preservam o nome de Jorge Amado dentro do cânone. A investigação tomou como *corpus* avaliações registradas em histórias da literatura, inclusive a de Alfredo Bosi, e ensaios críticos publicados até a década de 1970, resultando na identificação de fatores responsáveis pelo discurso contraditório de determinados segmentos. Enfatizando que seu conterrâneo foi recebido com restrições desde a entrada na cena literária nacional, a professora atribui as ressalvas iniciais à contaminação dos juízos por princípios ideológicos.

A militância esquerdista determinou que sua obra fosse examinada por um viés político-partidário durante as décadas de 30 e 40 do século XX:

Pelo cenário cultural e pelo conjunto de normas que foram balizas norteadoras do paradigma estético-literário, Jorge Amado, desde a sua primeira publicação, inseriu-se em um canto dilacerado por posicionamentos partidários da crítica; enquanto foi saudado pelos intelectuais inclinados ao socialismo, foi negado pelos estudiosos que se plantavam no centro ou à direita do espectro político. (ALVES, 2001, p. 201)

De acordo com a autora, num momento posterior, mais precisamente a partir de 1970, a alegação para o descrédito ao escritor foi a aceitação de seus romances por largas camadas de leitores. A boa acolhida pelo público preponderou como critério paraajuizamento depreciativo até mesmo quando do confronto de elementos aqui arrolados como demonstração de posicionamento crítico em relação à ditadura militar. A justificativa para sonegar seus méritos dava-se sob o argumento de que ele se encontrava preso a um paradoxo,

porque procurava evidenciar independência para denunciar a arbitrariedade da ditadura, enquanto por trás dessa aparente autonomia via-se preso às concessões que fazia para ser bem recebido pelos leitores.

É evidente que tais opiniões partem de conceitos estéticos pelos quais certos procedimentos do escritor são reprováveis, mas, como salienta Ívia Alves (2001), quem as manifesta não o exclui do cânone e reconhece algumas de suas qualidades. Além disso, a permanência de Jorge Amado entre autores considerados modelares, apesar das recriminações, o interesse contínuo do público e as frequentes e bem sucedidas transposições de romances para a televisão e para o cinema são fatores que podem ter estimulado a busca de novos referenciais para a avaliação de sua obra. Estudos surgidos recentemente trazem indicações de que está superada a dicotomia que orientou as avaliações durante muito tempo, quando eram as afinidades ideológicas e político-partidárias as que definiam, efetivamente, as posições em relação à produção do romancista.

A adoção de critérios que valorizam os aspectos artísticos e se mostram mais flexíveis em relação a grandes apuramentos sintáticos e a escolhas lexicais favorece o redimensionamento da posição ocupada pelo baiano na historiografia da literatura nacional. Há indícios de que, aos poucos, a crítica começa a atribuir-lhe a distinção merecida, como se observa a seguir:

Com o sucesso de público e comunista, Jorge foi injustamente tratado por certa crítica, o mesmo que aconteceu com Erico Verissimo, como se atraísse sobre si a magnética inveja, ou fosse o sucesso prova de falta de nível criativo de uma obra, quando a qualidade e a boa vendagem podem andar de mãos dadas. (NEJAR, 2007, p. 296)

Ao tocar na falta de equidade para o julgamento da obra de Jorge Amado, a opinião de Nejar impõe um exercício de raciocínio, pois obriga a pensar que os mesmos indivíduos que fazem as restrições o colocam entre os renovadores da literatura brasileira durante o decênio de 1930. Quanto às ligações político-partidárias e a fácil aceitação pelos leitores, podem ser razões que lhe franquearam portas para a difusão de sua obra no exterior, com traduções para diversos idiomas. Vínculos ideológicos e impedimentos mínimos para a assimilação dos leitores, entretanto, não são elementos suficientes para diminuir as qualidades de nenhum escritor, da mesma forma como apartidarismo e virtuosismos linguísticos não garantem nível de excelência a ninguém. No essencial, os romances de Jorge Amado igualam-se aos de

outros escritores apontados como responsáveis pela renovação literária instaurada com o aparecimento da chamada segunda geração modernista, justificando a inclusão de seu nome na lista. A linguagem despojada e o estilo de “contador de histórias como gostava de dizer” (RISÉRIO, 2007) são apenas fatores que se somam a outros que determinaram a receptividade que teve, certamente também influenciando a decisão de editores estrangeiros.

A observação da tradição romanesca nacional revela que o baiano se inscreve na linha de sucessão iniciada por José de Alencar e que tem continuadores como Aluísio Azevedo, Lima Barreto, José Lins do Rego, Guimarães Rosa, dentre tantos, pela contribuição para o abasileiramento da paisagem literária. Prosseguindo na comparação com seus pares, seu nome é digno de ser colocado junto ao de Erico Verissimo, Machado de Assis, João Ubaldo Ribeiro, Josué Montello e outros que, de maneira diferente, apresentam excelentes painéis de momentos importantes da vida nacional.

Todos os fatores apontados prestam-se como critérios para a aferição da relevância de um escritor, na opinião de Marisa Lajolo (2004), que também se refere à criação de símbolos, item no qual poucos podem ser equiparados a Jorge Amado. Afinal, é sua criação uma das figuras femininas mais representativas não só da literatura, mas de todo um imaginário criativo do país:

Em uma de suas obras mais conhecidas – *Gabriela cravo e canela* (1958) –, mais uma vez o leitor encontra uma figura feminina no título da obra e *pivô* da narrativa. Como já sucedera em *Iracema* e *Inocência*, imagens fortes de mulher pontilham o romance brasileiro e se transformam em *símbolos*, como esta Gabriela que ganhou mundos. (LAJOLO, 2004, p. 103-104)

O parentesco do romance amadiano com as produções de cultores do gênero pode ser identificado por outros caminhos, como a classe social e o espaço físico predominantes nas obras. Da mesma forma como na comparação pelas particularidades referidas, os ancestrais estão ligados à origem da forma no Brasil e a momentos marcantes do seu desenvolvimento. No caso de *Tenda dos milagres*, as personagens marginalizadas e o ambiente urbano ocupado por elas também estão presentes em *Memórias de um sargento de milícias* e *O cortiço*, por exemplo, mas quando se abre a perspectiva para problemas sociais num sentido amplo, a lista aumenta consideravelmente.

O tratamento literário de assuntos que remetem a questões do cotidiano e a segmentos da população menos favorecidos é recorrente em sua obra:

Seu herói é mesmo o povo e disso o romancista faz uso constante e credo sincero, profundo e autêntico, conquanto se alternem maneirismos ou contrafações hostis. O romance amadoano atinge uma dupla acepção de ressonância coletiva, (disparada sem qualquer sutileza) no ir e vir das repercussões entre a criação e a leitura. (ARAÚJO, 2008, p. 83)

Manuel Antônio de Almeida e Aluísio Azevedo lidam apropriadamente com a temática social, entretanto suas personagens são tipos e as escolhas lexicais que fizeram passam longe da magnificência, sem que isso os diminua ou seja fundamental para uma avaliação favorável dos citados romances. A exemplo dos dois prosadores do passado, são outros os pontos de interesse nos escritos de Jorge Amado:

Ademais, o que se afigura, para alguns, em Jorge, o desleixo de composição ou miséria estilística, é nele, Rapsodo da Bahia, qualidade porque o estilo é o tema. Com desnudamento feroz. Pondo, ao narrar a escassez, um estilo da escassez.

Há que distinguir três espécies de romancistas: o criador de tipos; o criador de linguagem e o que, ao gerar tipos, gera a linguagem. Ora, Jorge é um dos mais prodigiosos criadores de tipos da nossa literatura, e o seu estilo serve, propositadamente, a esse desígnio. (NEJAR, 2007, p. 297)

A contestação de Carlos Nejar a respeito do que se disse por certo tempo de Jorge Amado em relação a desleixos faz lembrar outro escritor a quem seguidamente se faz o mesmo tipo de acusação: Lima Barreto. Ajusta-se ao caso do baiano o mesmo argumento que Silviano Santiago (2002) utiliza para valorizar o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, qual seja, a capacidade de ambos em se dirigirem a leitores de níveis variados, recorrendo àquilo que denomina “estética popular do romance”, algo perseguido pelos “nossos romancistas mais novos” e útil “na planificação de um texto, ainda forte e instigante, mas mais democrático na sua abrangência” (SANTIAGO, 2002, p. 101-102).

A crítica esquece, por vezes, quanto é recente a tradição literária brasileira, por isso, embora escritores de projeção internacional sejam referências fundamentais, os locais devem ser comparados àqueles que lhes estão mais próximos. É com eles que normalmente dialogam recriando sugestões, buscando aproximações, procurando traços distintivos. Jorge Amado trata de assuntos comuns a outros romancistas como a pobreza, a seca, a fome, a violência, mas em sua obra é frequente a associação desses assuntos às questões raciais, como se percebe em *Tenda dos milagres*. Daí a importância de se observar a maneira pela qual lida com tais ingredientes:

É com esses elementos que Jorge Amado constrói uma história de vida e de esperança, na qual também entra a miscigenação. Diferentes cores de pele se embolam em abraços amorosos, e diferentes modalidades culturais se alternam e se cruzam numa admirável polifonia. (LAJOLO, 2004, p. 106)

O surgimento de novos aparatos teóricos tem permitido a ampliação de perspectivas para o estudo da obra do romancista baiano, possibilitando que se compreenda melhor a natureza de nuances que apresenta nas suas produções:

Embora sob a premissa da miscigenação harmonizadora, outra é a perspectiva de Jorge Amado [no que diz respeito à relação do negro com o mundo]: são os dominados (o povo negro-mestiço) que delineiam a correnteza da vida social da Bahia. Eles são a bússola de navegação social dos sobrados e ruas da velha cidade (BACELAR, 2008, p. 120).

O emprego de referenciais menos presos à rigidez de certas convenções e fundamentos críticos, a procura por comparações mais flexíveis e por critérios que permitam a identificação de maior quantidade de aspectos positivos são fatores essenciais para a avaliação da obra de Jorge Amado. Acima de tudo, porém, deve sobrepor-se o princípio da justiça, como assinala Carlos Nejar (2007, p. 295) ao dizer que: “Jorge merece ser relido, agora livre na eternidade cristalina da palavra, com a isenção que o tempo concede”.

Embora tenha razão, alguém poderá enxergar em semelhante julgamento a influência de laços afetivos e do espírito corporativo, mas a obra do baiano é o melhor testemunho da procedência de tal constatação. De qualquer forma, é interessante acrescentar a avaliação de alguém que fala abertamente daquilo que não gosta em Jorge Amado:

Diversas coisas me levavam a discursar contra o autor de *Mar Morto*[...]. Mantenho ainda hoje, no essencial essas restrições – e, em vida, Jorge sempre soube disso. Mas fui aprendendo a admirá-lo, no plano pessoal. A ouvir conselhos seus. E a me abrir para a sedução de sua narrativa.

[...] Mas, enfim, penso que a virtude central de Jorge (ainda que também esta virtude traga vícios e defeitos) foi mergulhar fundo na vida de sua gente. Por esse caminho, ele chegou à questão sociorracial brasileira e às manifestações culturais populares de extração negroafricanas – em especial, ao candomblé [...]. Jorge foi, assim, fundamental para que a questão negra se firmasse no imaginário brasileiro. (RISÉRIO, 2007, p. 273)

Esse percurso de avaliações recentes da obra de Jorge Amado cria a perspectiva de que se aproxima o momento em que seu nome constará na história da literatura brasileira e estimulará ensaios críticos motivados tão somente pela preocupação em demonstrar que é o

grande escritor digno da consagração que têm lhe dedicado multidões de leitores mundo a fora. Para tanto, não se exige a sonegação de aspectos negativos ou que se feche os olhos a seus altos e baixos, de resto comuns em qualquer atividade. Assim, se é dispensável lembrar que inexistente neutralidade nas ações humanas, também é desnecessário destacar que tal fato não pode servir para estigmatizações, porque a insistência demasiada em determinada posição situa-se a um passo da intolerância.

Considerações finais

Os movimentos em favor da valorização da cultura de origem africana em Salvador articulam-se com o surgimento de estudos e questionamentos sobre os problemas brasileiros, tendência da qual *Casa grande e senzala* é uma das expressões mais representativas, ao lado do chamado romance regionalista. Jorge Amado participa desse movimento com a publicação de *Jubiabá*, em 1935, romance que traz para o centro da cena a vida dos negros pobres e humildes. Ao mesmo tempo, o fenômeno articula-se com outros em andamento desde a década anterior, a partir da consolidação de uma classe operária e pelas lutas que os trabalhadores empreenderam, estimulados pelo impulso reivindicatório que se espalhou pela década de 1920 (SODRÉ, 1988).

A população negra, mais do que qualquer outro segmento, tinha motivos para reivindicar, pois eram muitas as suas demandas. Os caminhos para integração e mobilidade social estavam bloqueados, porque lhes eram solapados dois importantes mecanismos para tanto: trabalho digno e acesso à educação. Em cidades como São Paulo, os negros encontraram no imigrante um paradigma que impulsionou a mobilização. De maneira geral, os imigrantes que lá se instalaram haviam passado por situação semelhante, porém muitos deles venceram os obstáculos e ascenderam socialmente, enquanto os negros permaneciam na condição histórica de sua etnia, apesar da criação de organizações como a Frente Negra Brasileira (RISÉRIO, 2007).

A ditadura imposta por Getúlio Vargas provocou retrocesso nos movimentos populares que, mal reiniciada a germinação após o fim do Estado Novo, foram ceifados da paisagem nacional pelo regime militar implantado em março de 1964. As forças que se encorajaram a contestar foram duramente reprimidas e obrigadas à hibernação até os primeiros sinais de abrandamento das sombras da repressão, uma década depois. O clima mais favorável à luta por

direitos determinou que em todos os cantos do país começassem a surgir movimentos antes asfixiados, propiciando a rearticulação dos negros em bases diferentes daquelas do passado (RISÉRIO, 2007). Na Bahia, acelerou-se o processo de integração social dos afrodescendentes e de valorização de sua cultura que estava em curso desde meados do decênio anterior, sendo dois grandes marcos a criação do Ilê Aiyê, o primeiro bloco carnavalesco afro do Brasil, em 1974, e o reconhecimento do direito às práticas do candomblé, dois anos mais tarde (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

As lutas pelo direito à cidadania plena iniciadas pelos negros logo após a Abolição e a República encerram um de seus ciclos no momento em que conseguiram articular suas reivindicações com as de outros segmentos da população. Os problemas sociais e os acontecimentos históricos aludidos por *Tendas dos milagres*, bem como a época em que veio a público, determinam sua inscrição dentro desse contexto. Por consequência, cabe reivindicar para Jorge Amado participação nesses movimentos e contribuição para algumas conquistas. As evidências de que está em andamento um processo de revisão crítica de seu vasto legado e da disposição para colocá-lo no lugar merecido geram a expectativa de que, em breve, serão reparadas as injustiças cometidas contra um dos principais escritores brasileiros.

Referências

AMADO, Jorge. **Tenda dos milagres**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALVES, ÍVIA. De paradigmas, cânones e avaliações – ou dos valores negativos da produção literária de Jorge Amado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, n. 124, p. 197-207, jun. 2001.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Floração de imaginários: o romance baiano no século 20**. Itabuna/Ilhéus: Via Litterarum, 2008.

BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. 17. tiragem. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia**: impedimento e morte de um presidente. Porto Alegre: L&PM, 1979.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As musas sob assédio**: literatura e indústria cultural no Brasil. São Paulo: Senac, 2005.

GASPARI, Hélio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, Marisa. **Como e por que ler o romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Porto Alegre: mercado Aberto, 1987.

MENDES JÚNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história**: República Velha. 3. ed. vol. 3. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Copesul: Telos, 2007.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1997.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira**: das origens à modernidade. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 8. ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A fascinante aventura do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Cinemateca, 1981.